

O Herói Virtuoso, Prudente e Dissimulado: O Cortesão como Ideal Masculino nas Cortes Ibéricas dos séculos XVI e XVII

The Virtuous, Prudent and Dissimulated Hero: The Courtesan as Male Ideal in Iberian Courts of XVIth and XVIIth centuries

Kalina Vanderlei SILVA*

Resumo: Neste artigo, buscamos traçar um perfil do cortesão barroco como personagem que refletia o ideal masculino da nobreza em Espanha e Portugal dos séculos XVI e XVII: homem que deveria ser discreto, prudente, valoroso, honrado e, não menos, dissimulado. E, para reconstruir essa imagem, baseamos-nos em diferentes textos impressos e manuscritos do período, produzidos por cortesãos e tratadistas segundo fórmulas da literatura doutrinária, focando-se principalmente *El Héroe*, de Baltasar Gracián, a *Instrucción*, de D. Juan de Silva, e as *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil*, de Duarte de Albuquerque Coelho.

Palavras-chave: Cultura Cortesã; Literatura Doutrinária; Cortesão.

Abstract: This article intends to construct a profile of the baroque courtesan as the ideal male model in Portuguese and Spanish Courts of the XVIth and XVIIth centuries: a man that should be discrete, prudent, brave, honored and also dissimulated. To this purpose, the research was based upon doctrinaire literature writings such as Baltasar Gracián's *El Héroe*, D. Juan de Silva's *Instrucción* and Duarte de Albuquerque Coelho's *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil*.

Keywords: Courtesan Culture; Doctrinaire Literature; Courtesans.

O século XVII vivenciou o auge de um sistema de valores teatral e dirigista elaborado em torno das cortes da Europa Ocidental. Era a cultura cortesã, cujas complexas regras de conduta atingiram um apogeu na Espanha do Império Habsburgo, criando-se um ideal masculino encarnado pelo nobre cortesão: o homem que deveria incorporar virtudes do cavaleiro medieval e do idealismo humanista, unificadas às regras de prudência seiscentistas. Assim, o homem ideal do século XVII ibérico deveria ser valoroso por herança cavaleiresca, decoroso pela herança tridentina, e dissimulado e prudente graças às próprias regras da dirigista cultura cortesã. Era o herói fidalgo por

* Professora Doutora – Departamento de História. Universidade de Pernambuco/Campus Mata Norte. Rua: Profº Américo Brandão, 43 - Centro, Nazaré da Mata/PE Cep: 55.800-000. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da Fundación Carolina. Email: kalinavan@uol.com.br

excelência, construído nas práticas cotidianas da corte e retratado nos manuais de comportamento e em obras literárias e memorialistas da época.¹

E, na primeira metade dos Seiscentos, a corte da Monarquia Católica em Madrid abrigava uma intensa produção cultural que circulava pelo império, ao mesmo tempo em que tentava costurar os relatos dos muito distantes territórios em uma única tapeçaria, construindo uma memória imperial.² A cultura doutrinária dominava a imprensa de então com tratados religiosos autorizados pela Igreja tridentina e formulados para difundir suas novas regras, tais como o *Manual de Confessores e Penitentes* de Martín de Azpilcueta Navarro, publicado em 1549, uma ilustração do confessionalismo do período. Mas os manuais de comportamento ultrapassavam as questões religiosas, alcançando as práticas mais diversas: desde a arte da esgrima – caso do *Libro de Hieronimo de Carranca, Natvral de Sevilla, que Trata de la Philosophia de las Armas y de su Destreza y de la Agressiõ y Defension Christiana*, de D. Jerónimo de Carranza, publicado em 1582, e do *Libro de la Grandeza de la Espada*, de D. Luis Pacheco de Narváez, impresso em 1600 – até a arquitetura; caso das *Excelencias, Antigüedad y Nobleza de la Arquitectura*, impresso em Madrid em 1695 e de autoria do responsável pela Catedral de Santiago de Compostela, Domingo de Andrade.³

Nessa literatura aparecia o ideal masculino do cortesão, cuja primeira grande formulação foi difundida pela obra de Baldassare Castiglione, *Il Libro del Cortegiano*. Escrita na Itália quinhentista – uma Itália que dialogava intensamente com a cultura da Espanha dos *Reis Católicos* e de Carlos V –, essa obra foi bem recebida tanto dentro quanto fora das fronteiras italianas, inclusive por tratadistas espanhóis, como o paradigmático jesuíta Baltasar Gracián (MORREALE, 1958). Por outro lado, o modelo de Castiglione também foi inspirado pelo cortesão ibérico, como bem ilustra sua dedicatória ao português D. Miguel de Silva, Bispo de Viseu (PECORA, 1997).

Castiglione nasceu nobre, em Mântua, e durante sua vida atuou a serviço de diferentes cortes italianas, do papado e como embaixador na Espanha de Carlos V. Além de sua formação erudita, a soma de suas experiências como militar e político fazia dele, em teoria, um cortesão completo. Mas, segundo Peter Burke, ele nunca chegou realmente a ser bem sucedido em sua carreira; fato que o teria impulsionado, assim como a Maquiavel, antes dele, a se dedicar à teoria (BURKE, 1997, p. 36). Seja como for, Castiglione investiu muitos anos na escrita de seu *Cortegiano*, entre 1513 e o início da década de 1520, apesar de que a obra só seria publicada em 1528, em Veneza. Por essa época ele já residia na Espanha, portava o título de conde e fora agraciado com regalias por Carlos V: soberano que, inclusive, chegou a descrevê-lo como o melhor cavaleiro do mundo (BURKE, 1997).

Publicado pouco antes de sua morte, seu livro logo correu as cortes europeias. Escrito em um misto de narrativa ensaística e diálogo, ele foi construído como uma ampla reflexão sobre a cortesia. Mas por entre as malhas dessa reflexão sobressaía também um modelo masculino, moldado a partir de vários personagens com os quais Castiglione convivera ao longo de seus anos de corte. Tudo, interpretado à luz das leituras humanistas comuns aos círculos letrados italianos. Por outro lado, a rápida tradução do texto para outras línguas sugere o alto nível de receptividade encontrado pelas ideias do conde nas cortes europeias. Um indicativo, então, de quanto suas imagens dialogavam com as expectativas correntes (PEREIRA, 2008, p. 10; 22). De fato, a ampla aceitação d' *Il Libro del Cortegiano* sugere que os leitores, em diferentes contextos regionais da Renascença, buscavam se identificar com a imagem do cortesão virtuoso, do homem da nobreza que deveria ser educado e culto, conhecedor das virtudes políticas imprescindíveis, tais como a prudência e a discrição. Ou ainda, ter identidade com aquele homem que deveria saber dominar seus instintos e sentidos, submetendo-os racionalmente a um senso natural e gracioso de *medida*, e que fosse virtuoso em sua busca estoica pelo belo gesto – artificialmente natural – e pelas verdades afetivas, morais e espirituais (PECORA, 1997; CASTIGLIONE, 1997 [1528]). Um homem imperturbável, no qual confluíam a razão e a elegância.

Essa elegância, por seu turno, consistia em um complexo de virtudes tidas como nitidamente masculinas: honra, honestidade, coragem e integridade. Virtudes que costuravam uma imagem fidalga marcante nos sistemas de valores cortesãos quinhentistas e seiscentistas, sistemas esses cujas fronteiras e delimitações dão margem a intensas discussões historiográficas. Em verdade, não existe um consenso sobre o quanto a passagem do século XVI ao XVII realmente modificou o imaginário fidalgo, sobre o quanto os conjuntos de representações quinhentistas de fato diferiram dos seiscentistas. Assim, por um lado, para autores como Alcir Pécora e Fernando de La Flor, o cortesão seiscentista ibérico seria caracterizado por uma carga de pessimismo e desengano atípica ao humanismo quinhentista (PECORA, 1997; DE LA FLOR, 2005), enquanto autores como Edmir Missio discordam veementemente de que essa contraposição possa ser feita. Para ele, a imagem de “um mundo europeu quinhentista de equilíbrio em contraposição com um mundo do desequilíbrio seiscentista” seria bastante enganosa (MISSIO, 2008).⁴

Seja como for, considerando-se tanto as similaridades quanto as dissonâncias do imaginário cortesão entre o XVI e o XVII, é perceptível que os escritores tratadistas italianos e espanhóis de ambos os séculos se esforçaram por pintar um retrato masculino inspirado no homem de corte. E se nesse esforço a obra de Castiglione foi lida na Espanha, não demoraria a que também a obra do espanhol Baltasar Gracián, mais tarde, fosse lida fora dela.

As obras de Castiglione e de Gracián pertencem a um mesmo gênero, aquele que abrangia desde os *espelhos de príncipes* aos manuais de comportamento: a literatura doutrinária. Uma literatura bastante comum entre os Quinhentos e os Seiscentos, principalmente quando a Igreja tridentina e as monarquias ditas absolutas exerciam influência dominante. E pesava sobre esses autores a hegemonia dos Habsburgo, sendo seu contexto aquele que Maravall chamou de dirigista (MARAVALL, 1997), no qual as severas regras de comportamento de Corte e Igreja precisavam ser difundidas a um público cada vez mais adepto da leitura. Um contexto em que a imprensa barateava os custos dos livros, tornando-os acessíveis a mais e mais leitores e levando fama aos autores (BOUZA, 1997). E se havia mais leitores, também havia mais escritores. Por outro lado, justamente graças a essa ampla difusão do escrito e do livro impresso, muitos nobres na corte espanhola preferiam restringir o acesso a seus textos, fazendo-os correr em formato manuscrito apenas entre seus pares (BOUZA, 2001).

Nesse cenário, o ideal do homem fidalgo espanhol foi se construindo entre manuscritos de nobres como D. Juan de Silva, leituras estrangeiras como de Castiglione, e impressos de teólogos como Gracián.

Diferentemente de Castiglione, Baltasar Gracián não pertencia à nobreza. De fato, suas origens sociais foram mais humildes, filho que era de um médico aragonês, apesar de o ingresso na Companhia de Jesus - onde se dedicaria a estudos filosóficos - ter lhe dado acesso aos círculos de mecenas como D. Vincencio Juan de Lastanosa, fidalgo aragonês que inspirou a escrita d'*El Héroe* (1637), primeiro texto do teólogo.⁵

Talvez, como propõe Míssio para Castiglione, seja por demais simplista analisar a obra de Gracián apenas como “retrato de uma época”. No entanto, sua ampla receptividade nos círculos letrados da Europa seiscentista sugere que suas ideias, assim como as do conde italiano, antes dele, se não podem ser tomadas como reflexo de uma realidade de pensamento palpável, podem ao menos ser tomadas como espelho de uma vontade do público de que elas fossem concretas. Sobre isso já disse Todorov que o único limite à credibilidade das imagens postas no discurso de um autor é a imaginação de seu público e sua crença não no que é verídico, mas no que é verossímil (TODOROV, 1999, p. 64). Assim, a receptividade com a qual os escritos de Gracián foram recebidos torna crível a premissa de que suas ideias sobre o que constituía o homem fidalgo devem ter, de fato, refletido um imaginário comum.

E essas ideias estavam ajustadas a seu objetivo filosófico, que era ensinar os leitores a viver no mundo. Esse caráter pedagógico e doutrinário de sua prosa foi apregoado já em *El Héroe*, em que Gracián começou a desenhar sua imagem do fidalgo ideal – que continuaria a esboçar em outros escritos, tais como *El Discreto* – e afirmava pretender com ela formar um “varão máximo” a

partir da cópia de grandes mestres. Seu texto deveria ser, assim, um “manual de cristales ajenos”; um espelho – imagem barroca por excelência – que deveria refletir o *heroe hidalgo*, estabelecendo para ele uma razão de estado de si mesmo; ou seja, uma forma – dirigista – de autogoverno (GRACIÁN, 2005 [1669]).

Uma vez estabelecida tal função, as páginas d’*El Héroe* passam a descrever as diferentes “destrezas” que seu autor considerava imprescindíveis para seu herói fidalgo: enquanto no primor primeiro a tópica é a “arte dos entendidos”, a prática heroica da *incompreensibilidad*, no segundo o tema passa a ser a dissimulação propriamente dita. Ambos os casos enfatizavam “virtudes” que deveriam impedir a transparência dos “afetos”, ou seja, das emoções de um homem. Isso, porque descobrir os afetos de um varão era o mesmo que destruir sua força: “Lo mismo es descubrirle a un varón un afecto, que abrirle un portillo a la fortaleza del caudal, pues por allí maquiná políticamente los atentos, y las mas veces asaltan con triunfo. Sabidos los afectos son sabidas las entradas, y salidas de una voluntad, con señorío en ellas a todas horas.” (*EL HEROE de Lorenzo Gracian Infanzon*, 1639).

Assim, como já tão bem percebera Maravall, a razão de estado seiscentista passava, antes de tudo, por um controle das próprias paixões.

Mas a dissimulação era apenas parte, ainda que importante, das virtudes do homem fidalgo. O entendimento ou conhecimento, a coragem e o gosto seriam outras *destrezas* vitais para o herói de Gracián. Sem esquecer, é claro, a prudência, que está por toda parte em sua obra, e a fortuna, cantada no primor X:

La fortuna tan nombrada, cuan poco conocida, no es otra, hablando a lo cuerdo, y aun católico, que aquella gran madre de contingencias, y gran hija de la suprema providencia, asistente siempre a sus causas, ya queriendo ya permitiendo. Esta es aquella Reyna tan soberana, inescrutable, inexorable, risueña con unos, esquiva con otros, ya madre, ya madrastra, no por pasión, si por arcanidad de inaccesibles juicios (*EL HEROE de Lorenzo Gracian Infanzon*, 1639).

Ou seja, saber jogar com a fortuna, com as conjunturas fortuitas da vida, era uma qualidade imprescindível ao homem nobre, apesar de, segundo o jesuíta, pouco entendida. E seria essa dificuldade em compreender as habilidades necessárias para lidar com tais tramas que fazia com que parecesse temeridade em alguns “heróis” o que na verdade era destreza, e fazia com que muitos fossem aqueles que perdiam “grandes lances” por não ter compreensão das regras da fortuna.

Esse herói gracianesco seria, em todas suas virtudes, o protótipo do ideal de homem fidalgo na Espanha dos Seiscentos. Um tipo que, para autores como Pécora e De La Flor, compartilhava ainda dos ideais humanistas, principalmente a obsessão com o controle das paixões, e por isso

deveria ser discreto, prudente e político, mas que já trocara a elegância dos gestos humanista por um investimento na incompreensibilidade – elemento que De La Flor chama de opacidade – para impedir que seus verdadeiros saberes fossem percebidos e entendidos pela sociedade (PÉCORA, 1997, p. X-XIII; DE LA FLOR, 2005). Nesse sentido, tal herói, cortesão sempre, deveria ser dissimulado devido às próprias circunstâncias criadas pelo “ambiente de enganos” da corte (PEREIRA, 2010).

A dissimulação representava, assim, uma das qualidades principais do homem ideal dos Seiscentos, e não apenas na Espanha: tornou-se objeto também de tratadistas italianos do século XVII – apesar de sobre ela já terem discorrido quinhentistas como Castiglione – tais como Torquato Accetto, um secretário de corte que escreveu e fez publicar sua *Della Dissimulazione Onesta*, em 1647, influenciado pelo cenário cortesão napolitano dominado pelos espanhóis (MÍSSIO, 2004). Para ele, a dissimulação honesta era uma arte que escondia fraquezas e erros; era o ardil que deveria ser usado para se alcançar o triunfo; era a ação que escondia as reais intenções de um cortesão e que induzia o observador ao engano (MISSIO, 2004, p. 84-85) – discurso similar ao de Gracián. Por outro lado, a dissimulação tornou-se muito mais do que um elemento retórico: era uma prática social cultivada por homens como aqueles que inspiraram os escritos de Castiglione, Gracián e Accetto, como D. Miguel de Silva, D. Juan de Silva e o Duque de Lerma.

De fato, no ambiente de corte desses personagens o cotidiano teatral impunha a artificialidade de gestos e afetos, enquanto, contraditoriamente, a própria política era baseada em laços afetivos (OLIVEIRA, 2006). Essa teatralidade foi se construindo gradualmente em um cenário no qual os vassallos do rei Habsburgo precisavam sempre mostrar seu merecimento por meio de palavras não menos do que de atos. E tal necessidade levou os cortesãos a escrever, produzindo-se uma volumosa correspondência administrativa – o que contribuiu para que Espanha e Portugal se tornassem verdadeiros “impérios de papel”, com a multiplicação de secretários, escrivães e outros personagens letrados que ocupavam posições intermediárias nas amplas distâncias impérios afora.⁶ Mas a cultura letrada do homem de corte foi muito além, com *relações* de viagens e tratados descritivos, impressos ou manuscritos, bem característicos dos séculos XVI e XVII, com sua prática, não poucas vezes, sendo usada para fundamentar seus modelos de comportamento.

Esse é o caso de D. Juan de Silva, nobre quinhentista a quem Bouza Álvares definiu como “Uno de estos cortesanos con sed de tinta”: um personagem típico de uma época em que o cortesão era não só um grande leitor, mas também um grande escritor; e um escritor, além disso, que procurava sempre nos textos “un sentido más práctico y político” para a vida (BOUZA, 1995, p. 192). E de Silva tentou transformar sua prática em instrução para a boa vivência na corte com um manual de comportamento cujo objetivo era construir um homem, fidalgo e heroico, que

suplantasse os obstáculos daquele ambiente. E também em suas páginas a dissimulação terminaria por se sobressair como uma arte máxima para a sobrevivência no *grande teatro do mundo*, neste palco em que a principal habilidade de um homem deveria ser o cultivo da aparência que ocultasse suas vontades e opiniões.

Seu texto, então muito difundido em forma de manuscrito, foi escrito em 1592 para seu herdeiro, Diego de Silva, quando este se preparava para ingressar na corte: *Instrucción que Don Juan de Silva Conde de Portalegre partiendo de la Corte para este Reyno por mandado del Rey Don Felipe Segundo, dejó a su hijo Don Diego de Silva que en ella estava so algunos destes documentos de Juan de Vega que dio a un su hijo q van por el mismo Conde de Portalegre aqui comentados y por el acrecentados*. Este, um manual de comportamento masculino exemplar, talvez pouco original – coisa que, ademais, nunca interessou a ninguém no barroco –, já que reproduzia em parte a obra anterior de outro fidalgo, D. Juan de Vega, mas que teve grande receptividade nos círculos da nobreza luso-espanhola a ponto de, décadas mais tarde, ser elogiado por Gracián em seu *Criticón* (BOUZA ÁLVAREZ, 1999, p.487).

Cavaleiro fidalgo de Felipe II, o toledano D. Juan de Silva ocupou, ao longo de sua vida, diversos cargos importantes, inclusive no Conselho de Portugal. Embaixador espanhol na corte de D. Sebastião – junto a quem lutou em Alcácer Quibir –, Conde de Portalegre, herdeiro de famílias nobres de Castela e de Portugal, foi um perfeito *hidalgo* e espelho tal da cultura cortesã dos Habsburgo que alguns consideram ser seu o retrato que melhor representa a fidalguia ibérica da Monarquia Católica: *El Caballero con la Mano en el Pecho*, de El Greco (BOUZA, 1999, p. 475).

Sua *Instrucción*, mais do que um texto independente, é uma coleção de comentários postos nas margens do texto do aragonês D. Juan de Vega, cortesão de Carlos V. Originalmente escrito em forma de carta, do manual de Vega nenhuma cópia sobreviveu e, mesmo no século XVI, aparentemente ele já era raro, só alcançado seu público leitor por meio do manuscrito de D. Juan de Silva (CARVALHO, 2009).

Ambos os fidalgos, o cortesão de Carlos V e o de Felipe II, eram homens respeitados e influentes, políticos, militares e versados em letras, neste caso, principalmente Silva. Vega tivera uma carreira exemplar, de fidalgo mediano, alcançou os mais altos postos na corte e chegou a atuar como embaixador na Itália durante o Concílio de Trento, o que lhe permitira vivenciar as influências cortesãs, dirigistas e confessionalistas das duas penínsulas. Na corte do Imperador certamente entrou em contato com a obra de Castiglione, livro de cabeceira de Carlos V, e com os debates então vigentes, elementos visíveis na transcrição de seu texto.

Silva, por sua vez, valorizava muito mais as letras do que seu predecessor e se esforçou por compor um manual de comportamento coerente, juntando sua experiência às instruções de Vega. Por isso, Bouza Álvares chegou a afirmar que:

Silva describirá los pasos del *cursus honorum* de palacio, prestándole una atención muy especial a mostrar cómo los cortesanos han de actuar ante los cambios de estilo, recordando cómo hubieron de adaptarse a una nueva etiqueta que trastocaba el estilo tradicional de la Casa de Castilla al crear la innovadora categoría de la entrada. Silva, como veremos, enseña ademanes, gestos, semblantes y actitudes para con iguales y para con quienes no lo son; cómo mostrar desdén y gratitud, hasta dónde jugar y cuándo hay que dejar de burlarse, de quién rodearse y a quién cortejar, cómo jurar e increpar o, también, cómo hablar a las damas de palacio -con un delicioso pasaje sobre si se les puede preguntar o no si han dormido mal o bien. (BOUZA,1995, p 193)

Ou seja, o objetivo dos escritos de Silva era o mesmo de Gracián em *El Héroe*: formar novos cavaleiros ideais dos filhos da nobreza cortesã, ensinando-lhes até mesmo os semblantes apropriados para cada emoção. Era a pedagogia da teatralização dos gestos, do uso apropriado da dissimulação. Uma pedagogia na qual Silva investiu, não apenas comentando, mas também atualizando os conselhos de D. Juan de Vega. Apesar de endereçar seu manuscrito a seu filho, a moda dos tratados de comportamento e a circulação de manuscritos entre a nobreza ibérica levaram a que esses escritos fossem lidos por muitos.⁷

Assim, na *Instrucción* surge um retrato do que seria para D. Juan de Silva o cortesão ideal: o nobre cavaleiro liberal, nem avarento nem pródigo, nem rústico nem afetado. Deveria ser o nobre equilibrado e, antes de tudo, discreto. E deveria começar a aprender tudo isso bem jovem, no momento de seu ingresso na corte. Tal jovem não deveria “fazer profissão” de descontente, engraçado, sábio e nem mesmo de diligente ou apaixonado:

el caballero moço no há de hacer profesión de nada que es muy pesada cosa no mostrar q se persuade que sabe nada sino trabajar de acertar con lo mejor de manera que aun que se haga con discreción y por industria (que muchas veces es buena) se encubra el arte y se muestre que se hace como cosa natural (*INSTRUCCION que Don Juan de Silva Conde de Portalegre partiendo de la Corte para este Reyno por mandado del Rey Don Felipe Segundo, dejó a su hijo Don Diego de Silva*, capítulo 06).

Dessa forma, o jovem cortesão deveria atentar para agir sempre de forma moderada, e se tivesse que usar de artifícios para isso, deveria fazê-lo de tal forma que parecesse naturalmente tranquilo. Ou seja, Silva, comentando Vega, propunha que o aspirante à corte praticasse aquilo que décadas depois Acceto sugeriria como o “dissimular a dissimulação”. E nisso, nessa necessidade de discrição por parte dos jovens, o toledano insistiria ao longo de sua *Instrucción*, dizendo que: “sino

en esto como en todo os apartes del extremo guardando el decoro del Caballero” (*INSTRUCCION que Don Juan de Silva Conde de Portalegre partiendo de la Corte para este Reyno por mandado del Rey Don Felipe Segundo, dejó a su hijo Don Diego de Silva*; capítulo 07).

Silva, como Vega, defendia que a “arte e a indústria” fossem usadas pelos fidalgos em suas relações cotidianas com a política da corte. Uma arte e uma indústria, mais tarde chamadas de “engenho” por Gracián, que também equivaliam à habilidade da dissimulação. Nesse sentido, o nobre ideal deveria sempre concordar com as proposições apresentadas, mas sem demonstrar excesso de entusiasmo, e sempre calcular suas ações para que parecessem naturais. E nesse cálculo residia a alma do cortesão discreto e dissimulador, tão focado na teatralização do cotidiano como instrumento para a persuasão: para esse *hidalgo*, a corte era um palco, e seu papel deveria ser representado de forma convincente.

Uma constante em Vega e em Silva era a preocupação de que todas as ações – premeditadas todas – parecessem naturais e moderadas, sem que, todavia, deixassem transparecer que o cortesão tentava ser mais do que os outros. Com isso concordariam depois Accetto e Gracián. Para todos eles era importante cumprir todas as normas sociais, mas sem exageros: ou seja, rezar sem parecer carola, ler e escrever sem parecer poeta. E se Silva se baseava em Vega, não deixava de discordar dele em importantes questões, como o valor dos letrados, que demonstravam a mudança de mentalidade em sua corte com o passar do tempo. Apesar disso, o toledano valorizava sobremaneira as instruções do aragonês, percebendo-as como ensinamentos simples para levar um *Caballero* a se comportar perfeitamente, tanto na corte quanto na guerra. Esse comportamento lhe possibilitaria alcançar “el grado de estimación que desease tener con su príncipe, con sus iguales y com lós demas” (*INSTRUCCION que Don Juan de Silva Conde de Portalegre partiendo de la Corte para este Reyno por mandado del Rey Don Felipe Segundo, dejó a su hijo Don Diego de Silva*; fl. 120).

Nesse sentido, ao fim e ao cabo, as instruções elaboradas por D. Juan de Silva e por D. Juan de Vega como modelos de comportamento tinham como fim último a conquista de um dos mais importantes elementos culturais do mundo cortesão, o prestígio. E em seus textos, ambos, reiteradas vezes defenderam que a construção e a manutenção da *reputação* dependia do cuidado em tudo, como pelo cumprimento da palavra dada. Enfatizavam assim a necessidade de *persuadir*, tão cara aos homens da corte: Vega e Silva queriam persuadir os jovens a seguir suas regras no caminho para se tornarem perfeitos cortesãos, e o perfeito cortesão deveria persuadir a todos de que suas ações eram sempre repletas de graça natural, mesmo que para isso tivesse que empregar a “arte” para que suas ações parecessem fáceis e espontâneas.

E tais habilidades, que flutuaram das práticas dos cortesãos Habsburgo quinhentistas para as páginas dos tratados de comportamento seiscentistas e das instruções desses para os

comportamentos das gerações mais jovens de cortesãos, eram todas masculinas. Nelas, as mulheres aparecem apenas, e quando muito, como alvo de comportamentos calculados específicos. Nesse cenário, talvez o mais masculino dos espelhos de virtudes cortesãs seja mesmo *El Héroe*, de Gracián – uma obra que procurava pintar um retrato do homem *hidalgo* por excelência: destro em artifícios, experiente em ostentar um conhecimento um tanto quanto incompreensível, esse homem deveria ser também o grande orador que não se rendia aos mandos da vontade, dono de uma verve filosófica e de um excelente gosto. Tal homem, o herói, discreto e prudente, tinha o entendimento do mundo e subordinava seus desejos (GRACIÁN, 2005[1669]). Em muitos sentidos, Gracián repetia os conselhos de Vega e de Silva para seus filhos e leitores.

Mas se por um lado o fidalgo deveria ser o herói, por outro esse heroísmo terminava mesmo por perder seu lugar no epicentro do imaginário cortesão barroco para a dissimulação. Pois, só por meio desta, essa retórica da persuasão tão prezada por Vega, Silva e Gracián, o cortesão poderia alcançar a estima social – objetivo máximo –, evitando os riscos comuns ao ambiente de corte. E como tal estima andava de mãos dadas com a reputação, nada impunha mais temor àquele homem do que a possibilidade da perda desta. Situação já mostrada por Bouza Álvares que, ao comentar um escrito seiscentista sobre os perigos dos jogos de touro para os nobres, percebeu que para os cortesãos que participavam do jogo:

el gran peligro de torear no es morir, sino que se vea "andar a un caballero por el suelo rodando" porque, de producirse esto, sufriría un daño enorme la autoridad, cometiéndose, quizá, un delito contra el decoro de la jerarquía que los caballeros deben preservar en todas sus acciones individuales (BOUZA, 1995, p. 187)

Por isso, para evitar todas as ocasiões que pudessem acarretar a perda da reputação, da honra, do prestígio público, o cortesão deveria ser discreto e prudente. Isso sem deixar de ser também heroico. No entanto, como ações heroicas poderiam provocar situações que pusessem a honra em risco, a única solução encontrada por aquele imaginário era dissimular. Gracián chegaria mesmo a apresentar o heroísmo como uma arte do engenho, que nada mais era do que a arte da dissimulação: “Prometa más lo mucho, y la mejor acción deje siempre esperanzas de mayores” (GRACIÁN, 2005 [1669]). Era um heroísmo retórico, esse do herói gracianesco.

Mas dissimular ações heroicas era também complicado, já que, para Vega e Silva, o cavaleiro *hidalgo* deveria sempre cumprir com sua palavra, escusar-se de burlas e brincadeiras e ser sempre generoso. Dirigindo-se a seu filho, Vega afirmou: “Habéis de trabajar mucho de decir verdad en todo y ganar opinión de verdadero que es lo principal en que se cobra reputación de manera que ni en mucho no o ofrezcáis cosa ni digáis palabra sino para cumplirla.” Assim, para esse cortesão quinhentista, era preciso ser honesto para ganhar reputação. E D. Juan de Silva concordaria com ele,

apesar de já ressaltar que esse esforço para garantir uma reputação de honestidade era um esforço de persuasão:

Esta muy bien advertido lo que ordena este Capítulo que se resume en persuadir porque es una regla que habéis de guardar tan inviolablemente que estéis persuadido que por el primer acto que contra ella hiciere desperdereis quanta Reputación habéis ganado en esta vida con haber cumplido todas las demás obligaciones.” (*INSTRUCCION que Don Juan de Silva Conde de Portalegre partiendo de la Corte para este Reyno por mandado del Rey Don Felipe Segundo, dejó a su hijo Don Diego de Silva*; fl. 121-122.)

Nessas variações da ação proposta para o fidalgo entre Vega, Silva e Gracián, desde a honestidade, passando pela persuasão da honestidade, até a honestidade como discurso de dissimulação, residiam as variações nos valores e comportamentos entre os meados do XVI e a segunda metade do XVII.

O decoro, no entanto, era importante em todos eles. Sobre isto, muito teria Gracián que dizer. Já Vega enfatizava o decoro como preocupação: a discrição manifesta no cumprimento da palavra empenhada, que mais adiante em seu texto se manifestaria também na seriedade com a qual advogava que todos os cavaleiros se abstivessem de gracejos; e na sugestão de Silva de que seu filho em tudo se afastasse dos extremos, guardando sempre o decoro. Isso, porque a prudência garantia a reputação. E seria com essas mesmas tintas que D. Jerônimo de Mascarenhas, ele próprio um *Grande* de Espanha, retrataria o último donatário de Pernambuco e cortesão de Felipe IV, Duarte de Albuquerque Coelho, na aprovação que escreveu para as *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil*:

Pelo que toca a nossa religião e bons costumes, somente de ver no princípio o nome do autor, era certo que não haveria nele (como não há) o que censurar. [...] e é coisa digna de particular louvor ver como aqui se venceram as naturais paixões; pois sendo certo que o autor se portou em todas as ocasiões daquela guerra com muito valor nos encontros das armas, com madura prudência aos conselhos que se faziam para usar delas, com extrema tranqüilidade nos motivos que houve para se alterar a conformidade da nossa gente, e, finalmente, com generosidade para acudir às necessidades que ali se padeciam; de tudo isso fala com tal moderação e modéstia, que a quem sabe o muito que fez, admira ver o pouco que diz (*APROVAÇÃO do Senhor Dom Jerônimo de Mascarenhas, Cavaleiro e Definidor Geral da Ordem de Calatrava, do Conselho de Sua Majestade, no Supremo das Militares de Castela, seu Sumilher de Cortina e Oratório, Prior de Guimarães e Bispo Eleito de Leira. Apud COELHO, 2003 [1654]*)

Esse texto de Mascarenhas abre as *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil*, publicadas em Madrid em 1654. Nele, as figuras de linguagem que Mascarenhas usou para descrever o autor, Duarte de Albuquerque Coelho – prudente, tranquilo, generoso, modesto, grave, moderado e

elegante – eram figuras que Gracián já usara para descrever seu herói ideal, construído a partir de exemplos de personagens tais como César, Alexandre, Felipe II e Fernando, o Católico – homens que seriam descritos pelo jesuíta com expressões tais como “el non plus ultra de los heróicos reyes”, “centro de los rayos de la prudência”. Por outro lado, para além da prudência, também a elegância era um elemento constituinte do herói *hidalgo*: “Hay cultura de gusto, así como hay cultura de ingenio. [...] Ingenio sublime nunca crió gusto ratero” (GRACIÁN, 2005 [1669], p. 10, 16).

As imagens, assim, se sobrepõem entre Vega, Silva, Mascarenhas e Gracián, com todos seus personagens idealizados e conselhos dados espelhando a reputação construtora de prestígio; construída, por sua vez, com base tanto no decoro quanto na dissimulação.

De certa forma, a dissimulação como retórica do cotidiano talvez fosse o oposto do heroísmo, mas como o objetivo do cortesão era mais *parecer* do que *ser*, o importante mesmo era persuadir a corte e o rei de seu heroísmo pessoal. Por isso os escritores cortesãos escreviam mais preocupados com as estruturas formais do gênero ao qual se dedicavam do que com qualquer originalidade (BRANDÃO, 2008), pois se o homem ideal, o fidalgo, deveria seguir padrões bem rígidos, suas obras também deveriam mostrar isso: o fidalgo discreto deveria possuir os elementos do engenho, da prudência, da agudeza, da dissimulação honesta, além do conhecimento de retórica, poesia, história e filosofia antigas. E esses elementos deveriam permear não só suas práticas cotidianas, constituindo a etiqueta cortesã, mas ainda seus escritos.

E foi nesse contexto de cortesãos discretos e dissimuladores, em que a retórica do heroísmo e da dissimulação era dominante, que Duarte de Albuquerque Coelho escreveu sua obra de caráter nitidamente cortesão, permeada por fórmulas retóricas barrocas. Suas *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil* se apresentam como um texto historiográfico, uma mescla de narrativa de batalhas e texto memorialístico que procurava vindicar, perante a corte espanhola, a reputação da família do autor, abalada por sua participação na guerra do império Habsburgo contra os Países Baixos e pela Restauração Portuguesa.

Donatário de uma capitania que mal comandou e na qual pouco viveu, Albuquerque Coelho era um cortesão completo, não apenas herdeiro de vasta fortuna colonial, mas parente de grandes famílias fidalgas do Portugal dos Habsburgo. Produzida nesse contexto, sua obra reflete bem a mentalidade fidalga ibérica dentro da Monarquia Católica, apesar de descrever as ações e episódios da guerra de resistência das tropas habsbúrgicas em Pernambuco contra o exército invasor da WIC entre 1630 e 1635. E esse espelhamento é feito a partir da criação de um personagem heroico – pensado para redimir o nome da família Albuquerque Coelho – o general Habsburgo no Brasil e irmão do autor Matias de Albuquerque, que aparece como um retrato do perfeito cortesão nas páginas das *Memórias Diárias*.

A obra foi publicada em Madrid em 1654, quando Albuquerque Coelho já ostentava o título de Marquês de Basto, concedido por Felipe IV após a Restauração Portuguesa. Nascido e criado em Lisboa, o donatário apenas chegou a Pernambuco depois da invasão holandesa, lá permanecendo por alguns anos. Seu irmão, também um influente cortesão Habsburgo, fora enviado antes dele como governador daquela capitania, logo assumindo o posto de Governador Geral na Bahia. E, por anos, foi o líder da resistência na América açucareira até que, com o fracasso desta em 1635, foi preso por ordem do rei. A partir desse momento, Matias de Albuquerque permaneceu na prisão até a ascensão de D. João IV em Portugal, quando passou a defender a causa Bragança, enquanto seu irmão permaneceria em Madrid. Anos depois, ainda tentando limpar o nome da família, Duarte de Albuquerque faria publicar seu livro.⁸

Tanto Duarte quanto Matias haviam sido educados na Lisboa de D. Juan de Silva: seu pai e tio haviam lutado em Alcácer Quibir com de Silva e um seu parente, D. Luís Coutinho, que integrara o Conselho de Portugal ao mesmo tempo em que o toledano. Ou seja, as conexões entre os Albuquerque Coelho e D. Juan de Silva podiam ser indiretas, mas eram suficientes para levá-los a participar de um imaginário comum. Disso era indício também o hábito da escrita cortesã que compartilhavam: Matias seria inclusive retratado satiricamente pela elite açucareira de Pernambuco, então desgostosa com os impostos cobrados para a manutenção da guerra, como alguém que passava todo seu tempo escrevendo. De seus diários, escritos na América portuguesa, seu irmão retiraria as informações para as *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil* (MELLO, 1998, p. 185).

Nessa obra, Albuquerque Coelho seguiu as fórmulas retóricas do período, procurando construir um herói dentro do padrão cristalizado por Gracián, cujo objetivo era persuadir seus leitores, e a corte, do heroísmo das ações de seu personagem; seu herói literário, que deveria salvar a reputação da família, o fazia pelo emprego do engenho e da dissimulação. Em tal contexto, o objetivo declarado de seu livro, levado às prensas para alcançar um público maior que aquele dos manuscritos, era “persuadir da verdade dos eventos da guerra” (COELHO, 2003 [1654]). Isso porque, uma vez que a chamada *guerra de Pernambuco* havia dividido as lealdades dos Albuquerque Coelho, antes sempre fiéis à Monarquia Católica, e tendo Matias de Albuquerque transferido sua vassalagem aos Bragança, Duarte, que havia permanecido em Madrid, dedicara-se a provar a inocência de sua família no fracasso americano, resgatando assim sua reputação e prestígio.

Nesse cenário, as *Memórias Diárias* surgiram como uma obra polêmica, que contrariava o discurso político oficial da corte habsbúrguica. Apesar disso, suas páginas, que mesclam o relato histórico e memorialístico à estilística retórica barroca, também desenhavam – apesar de que talvez

o fizessem de forma menos consciente que Vega, Silva ou Gracián – o cortesão ideal, o herói fidalgo, no personagem de Matias de Albuquerque.

Logo nas páginas iniciais, Albuquerque Coelho aponta a falta de apoio metropolitano como causa primeira da derrota em Pernambuco, ao declarar: “darei notícia dos primeiros nove anos desta guerra, para que não fique em esquecimento o que as armas de Sua Majestade (ainda que ali sempre poucas) fizeram, como se fossem muito numerosas” (COELHO, 2003 [1654], p. 16). Não deixava, assim, de enfatizar a valentia das tropas luso-espanholas na América portuguesa, mas sem esquecer sua precariedade. Além disso, a distância dos acontecimentos, quando da publicação da obra, não parece ter tido qualquer efeito para minimizar o desgosto de Duarte com a postura da corte para com as decisões tomadas por seu irmão durante a guerra. Um desgosto que transparece em sua fala:

Sabendo-se na Espanha do apresto desta armada, e achando-se Matias de Albuquerque em Madrid, então, chegado do Brasil (aonde tinha servido de governador e capitão geral), pareceu que, tanto pela sua qualidade, valor e experiência que tinha daquele Estado, como por ser Pernambuco de seu irmão mais velho, Duarte de Albuquerque Coelho, convinha enviá-lo a sua defesa. [...] Julgou ele que, quando chegasse a Lisboa, acharia o necessário para opor-se ao poder do inimigo, que avisaram que ia ao Brasil. E o que achou foi uma caravela com 27 soldados e algumas munições (COELHO, 2003 [1654], p. 17).

Mas Duarte contrapunha esse descaso da coroa ao caráter heroico de seu irmão: um herói que usava contra o poderio inimigo e a falta de suporte régio sua “qualidade, valor e experiência”. Em diferentes momentos, o autor ressalta os valores heroicos de seu personagem, ao cercá-lo de obstáculos e adversários advindos de diferentes frentes. E aos poucos vai desenhando um retrato idealizado de fidalgo:

Arrojou-se à passagem, e os nossos a impedir-lhes. Precedia-os o general Matias de Albuquerque com a espada na mão. Porém, durando nossa defesa (por ser tão desigual o partido) pouco mais de meia hora, saíram as três barcaças inimigas da boca do rio e vieram batendo toda a margem e praia com a sua artilharia; com o que os nosso, vendo-se cortados delas, foram entrando mais pronto pela mata do que pelo perigo. Mas, por serem tão poucos, e moradores, mais acostumados às delicias do que às armas e a ver o rosto e a sentir as balas de um inimigo tão oposto ao ócio, ainda resistiram mais do que se podia esperar deles. Somente cem homens, entre infantes e cavaleiros, ficaram com o general Matias de Albuquerque, [...] (COELHO, 2003[1654], p. 33).

Dessa forma, também a elite açucareira, mais acostumada com “ócios” do que com a guerra, tornara-se um problema. Por outro lado, a defasagem numérica dos defensores apenas servia para ressaltar, em sua retórica do heroísmo, a coragem e o valor daqueles que teriam persistido na luta a despeito das circunstâncias em contrário:

Para que não faltasse ao General a última calamidade, até suspeita de pouca fidelidade teve de alguns; porque não só desejavam que não tivesse o cuidado e o zelo que tinha na defesa, mas até a procuravam estorvar com toda a dissimulação; querendo antes negociar logo com o inimigo, de quem pensavam (enganados) tirar proveito, do que tratar de fazer-lhes guerra. Supondo que o melhor conseguiriam (estes não eram muitos) desembaraçando-se do General, que temiam, atreveram-se (o que não faz a maldade pelo interesse) a por fogo por duas vezes na casa da Aseca que habitava. Parecendo casual a primeira, foi a segunda com tal desvergonha, que fizeram voar as tábuas da mesma casa, deixando-o ferido no rosto. Isto obrigou o sargento-mor do estado Pedro Corrêa da Gama a meter mão á espada dizendo: traição! Traição! Ao que o general, com semblante sereno respondeu: deve ser algum desastre. Dissimulando prudentemente, mostrou que não conhecia o perigo, por não declarar suspeitos os mesmos de quem esperava alguma ajuda. Sofrer e contemporizar com tal gente por espaço de seis anos, não foi a menor ação nem a de menos mérito que do nosso general se possa escrever. (COELHO, 2003 [1654], p. 41).

Assim, a alegada deslealdade dos naturais da terra era usada por Albuquerque Coelho para enfatizar as qualidades de seu personagem: não apenas a bravura, mas também a prudência. Elementos que desenhavam Matias de Albuquerque como um herói gracianesco, principalmente porque sua prudência não era isenta de dissimulação. Ou seja, o herói construído por Duarte de Albuquerque Coelho era o herói *hidalgo* ideal: o homem dissimulador, racional e mecânico dos Seiscentos. Por outro lado, a dissimulação aparece aqui também como algo usado contra ele, e podemos compará-la com o trecho do primor primeiro de *El Héroe*, quando Gracián afirma que Fernando de Aragão usara da dissimulação na corte para deslumbrar a todos, inclusive sua “heroica consorte”, Isabel de Castela; o *Rei Católico* teria empregado a dissimulação, assim como o *General* de Albuquerque Coelho, para despistar aqueles que lhe sondavam, “atentos a medirle el valor. Pero advertido se les permitia, y detenia Fernando, que cauto se les concedia, y se les negava, y al fin gañoles.” (*EL HEROE de Lorenzo Gracian Infanzon*, 1639).

Sob tal perspectiva, tanto em Duarte quanto em Gracián, os personagens heroicos usavam a dissimulação para esconder suas intenções de outros que também usavam a dissimulação para conhecê-las. E também como em Gracián, o herói de Albuquerque Coelho era corajoso e, de tão exemplar, esse espelho de virtudes convertia até mesmo os covardes em gente valorosa:

Doía muito ao General ver a facilidade com que os moradores deixavam os postos que lhes encarregava, porque disto inferia o quão mal podia fazer a guerra e defender o campo com tal gente, não tendo outra. Mas seu desvelo e sua industria fizeram com que estes mesmos, que agora via tão tímidos e tão inconstantes, depois se portassem com o valor e a constância que se irá mostrando (COELHO, 2003[1654], p. 42)

E a coragem era um elemento-chave na definição do herói, uma qualidade masculina, por excelência. De fato, toda a cultura cortesã era masculina: mesmo a afetividade tinha uma conotação significativamente masculina. Sobre isso já diziam os filósofos barrocos que "En las repúblicas es más importante la amistad que la justicia; porque, si todos fuesen amigos, no serian menester las leyes ni los jueces; y aunque todos fuesen buenos, no podrían vivir si no fuesen amigos." (SAAVEDRA FAJARDO apud HANSEN: 1989, p. 70).

E tão masculina era essa cultura que D. Juan de Vega chegou mesmo a sugerir ao cortesão extrema cautela no momento de cortejar as mulheres, porque a matéria era "muito sutil", e nela os homens se expunham muito, coisa que deveriam evitar a todo custo (*INSTRUCCION que Don Juan de Silva Conde de Portalegre partiendo de la Corte para este Reyno por mandado del Rey Don Felipe Segundo, dejó a su hijo Don Diego de Silva*).

Por outro lado, se a amizade e a afetividade definiam a política e as relações masculinas, no século XVII essa amizade já era pensada dentro de certa dose de artificialidade. E se os mestres humanistas do século XVI defendiam a amizade como valor maior do homem, a ideia de amizade franca e honesta já havia se tornado obsoleta nos Seiscentos, quando o que De La Flor chama de qualidades de opacidade e dissimulação teria se tornado vital para o homem ideal (DE LA FLOR, 2005, p. 23-25). A razão principal para essa mudança teria sido, para esse autor, o desengano barroco, criado pelo ceticismo de fins do XVI,⁹ bem visível nas *Memórias Diárias*: o desengano do cortesão leal para com as virtudes das mercês régias. Duarte de Albuquerque Coelho, assim, refletiria como poucos os ideais do homem barroco, pois se ele, por um lado, construiu um personagem que incorporava, na figura do seu irmão, a imagem do heroísmo prudente, discreto e dissimulado, tão cara então ao imaginário cortesão, por outro lado ele próprio, ao tecer sua obra, espelhou o desengano barroco, pois foi o desencanto com a corte que o motivou a escrever.

Com tudo isso é possível afirmar que as *Memorias Diarias de La Guerra Del Brasil* se enquadram bem naquela tradição literária entre o texto de Castiglione – escrito naquelas cortes banhadas por leituras humanistas e constantemente controladas por embaixadores espanhóis – e a ampla obra de Gracian, cujos textos procuravam sempre apreender imagens bem definidas e fixas das diferentes facetas do cortesão –, discreto, heroico, político. Uma tradição da qual emergiu uma representação de um ideal masculino na qual, a julgar por D. Juan de Vega e D. Juan de Silva, os cortesãos de Habsburgo se espelhavam entre os Quinhentos e os Seiscentos.

Esse homem ideal era o herói. Não mais o herói das novelas de cavalaria, mas não por isso menos estilizado: corajoso, sim, honrado, também, mas capaz de lidar com um ambiente de enganos que o levava a ser dissimulado como forma de garantir sua reputação e prestígio. E com todas as viradas e mudanças de humor de uma política de corte baseada em afetividades, esse homem

deveria contar também com a fortuna, pois, nas palavras de Gracián, “Lo cierto es, que a todo Heroe le apadrinaron el valor, y la fortuna, ejes ambos de ua heroicidad” (*EL HEROE de Lorenzo Gracian Infanzon*, 1639).

Referências Bibliográficas

BOUZA ALVARÉZ, F. Corte es Decepción: D. Juan de Silva, Conde de Portalegre. In: MILLAN, J. M. (dir.). **La Corte de Felipe II**. Madrid: Alianza, 1999, pp. 451-502.

BOUZA, F. **Corre Manuscrito**: Una historia cultural del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BOUZA, F. Cortes Festejantes. Fiesta y Ocio en el CURSUS HONORUM Cortesano. **Manuscripts**, nº 13. Gener 1995. PP. 185-203.

BOUZA, Fernando. Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y el impreso. **Cuadernos de Historia Moderna Anejos**. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid. 2005.

BOUZA, Fernando. Para qué imprimir: De autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro. **Cuadernos de Historia Moderna**, n.º 18, Servicio de Publicaciones Madrid: Publicaciones universidad complutense de Madrid. 1997

BRANDÃO, A. J.. Sistemas de Representação na Arte Barroca. **Revista Eutomia**, Ano I, n. 02, dez/2008, p. 307-317.

BLANCO, E. Introducción. In: GRACIAN, B. **Oráculo Manual y Arte de Prudencia**. Madrid: Catedra, 2009, p.15-85.

BURKE, Peter. **As Fortunas d'O Cortesão**. São Paulo: Ed. Unesp. 1997.

CARVALHO, Jozé Adriano de Freitas. **Pais e Nobres II. A descendência portuguesa de um texto célebre**: a Instrucción de Juan de Vega a seu filho Hernando de Vega (1548). Porto: Universidade do Porto. 2009.

CASALILLA, Bartolomé Yun. Entre el Imperio Colonial y la Monarquía Compuesta. Élités y Territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII). In: CASALILLA, Bartolomé Yun (dir.). **Las Redes del Imperio – Élités Sociales en la Articulación de La Monarquía Hispánica**, 1492-1714. Madrid, Marcial Pons, 2009, p. 11-35

CASTIGLIONE, Baldassare (1528). **O Cortesão**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CATARINO, Elena; BLANCO, Emilio (coords.). **Diccionario de Conceptos de Baltasar Gracián**. Madrid, Cátedra. 2005.

COELHO, Duarte de Albuquerque. **Memórias Diárias da Guerra do Brasil** (1654). São Paulo: Beca, 2003.

COROLEU, Alejandro. Humanismo en España. In: KRAYE, J (ed). **Introducción al Humanismo del Renacimiento**. Madrid: Cambridge University Press, 1998, p.295-330.

DE LA FLOR, F. **Pasiones Frías** – Secreto y Disimulación en el Barroco Hispano. Madrid: Marcial Pons, 2005.

DE LA FLOR, F.; BLASCO, E. **Política y Fiesta en el Barroco** – 1652. Descripción, Oración y Relación de Fiestas en Salamanca con Motivo de la Conquista de Barcelona. Salamanca: Ediciones de la Universidad de Salamanca, 1994.

DUTRA, F. Notas sobre a Vida e Morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a Tutela de seus Filhos. **Separata Stvdia – Revista Semestral**, Lisboa, n. 37, dezembro de 1973.

GASALLA, L. F. El Tratado de Domingo de Andrade Excelencias, Antigüedad y Nobleza de la Arquitectura (1695) y la Tradadística de su Tiempo. **Cuadernos de Estudios Gallegos**, LV, n. 121, enero-diciembre (2008), p. 325-352.

GRACIAN, B. **El Héroe** (1669). Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2005.

EL HEROE de Lorenzo Gracian Infanzon. Madrid: Diego Díaz impresor, 1639.

HANSEN, J. A. Positivo/Natural: Sátira Barroca e Anatomia Política. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 3, n. 6 may/aug. 1989, p. 64-88

HESPANHA, António Manuel. **As Vésperas do Leviathan**. Instituições e poder político Portugal – séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

INSTRUCCIÓN que Don Juan de Silva Conde de Portalegre partiendo de la Corte para este Reyno por mandado del Rey Don Felipe Segundo, dejó a su hijo Don Diego de Silva que en ella estava so algunos destes documentos de Juan de Vega que dio a un su hijo q van por el mismo Conde de Portalegre aqui comentados y por el acrecentados. Apud **CONSULTAS a Felipe IV. Papeles Variados Relativos a los Reinados de Felipe III y Felipe IV**. Biblioteca Universitaria de Salamanca. Manuscrito (Ms 2496,12).

KAWATA, Viviane da Cruz. **Soldado de Corte**: Estudo da Destreza em Espanha e Portugal no Século XVII. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOPES, M. A. Explorando um gênero literário: os romances de cavalaria. **Revista Tempo**. Niterói, UFF, n. 30, jul 2011, p. 147-165.

MARAVALL, J. A. **A Cultura do Barroco** – Análise de Uma Estrutura Histórica. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 1997.

MELLO, E. C. **Olinda Restaurada** – Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MORREALE, M. Castiglione y el 'Heroe': Gracian y 'Despejo'. In: **Homenaje a Gracián**. Institución Fernando el Católico, 1958, p. 137-143.

MÍSSIO, Edmir. **Acerca do conceito de Dissimulação Honesta de Torquato Accetto**. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2004.

MOTA, J. F. Notas sobre Confessionário no Século XVI na Europa e no Brasil: Azpilcueta Navarro e Anchieta. In: **'Usos do Passado' — XII Encontro Regional de História**, 2006. Anais. Rio de Janeiro, ANPUH-RJ, 2006, p.01-10.

OLIVEIRA, Ricardo de. Amor, Amizade e Valimento na Linguagem Cortesã do Antigo Regime. **Revista Tempo**, Niterói, v.11, n.21, jun 2006, p. 97-120.

PÉCORA, Alcir. Prefácio. In: CASTIGLIONE, Baldassare. **O Cortesão**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PEREIRA, Ana Paula Martins. **Um Ideal de Perfeição: O Cortesão e as Cortes Renascentistas Italianas no Início do Século XVII**. 2008. Monografia (Curso de História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PEREIRA, Belmiro Fernandes. Antigos e Modernos: o humanismo norte-europeu nas retóricas peninsulares do sec. XVI. **Península. Revista de Estudos Ibéricos**, n. 5, 2008, p. 93-101

PEREIRA, P. S. Prudência, Discrição e Sociabilidade Cortesã em D. Francisco Manuel de Melo. In: ANACLETO, M. T. et all (Coord.). **D. Francisco Manuel de Melo e o Barroco Peninsular**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Ediciones Universidad de Salamanca, 2010.

ROLÁN, Tomás Gonzalez; SUAREZ-SOMONTE, Pillar S. El Humanismo italiano en la Castilla del cuatrocientos: estudio y edición de la versión castellana y del original latino del De infelicitate principum de Poggio Bracciolini. **Cuad. Filol. Clás. Estudios Latinos**, 2001, n. 21, p. 115-150

SANTOS, Rogéria. Humanismo em Portugal e sua influência na formação de Francisco de Holanda. **Revista tempo de conquista**, n. 7.

ULIBARRENA. J. M.. En Torno a la Difusion de la Obra de D. Martin de Azpilcueta en el Sur de Italia durante el S. XVI. **Rilce**, II, 1, 1986.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América - a Questão do Outro**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

Notas

¹ Para a imagem literária do cavaleiro medieval virtuoso cf. LOPES, M. A. Explorando um gênero literário: os romances de cavalaria. *Revista Tempo*, n. 30, Niterói, UFF, jul 2011, p.147-165. E ver também a influência do cavaleiro ideal medieval em Castiglione cf. PEREIRA, Ana Paula Martins. *Um Ideal de Perfeição: O Cortesão e as Cortes Renascentistas Italianas no Início do Século XVII*. 2008. Monografia (Curso de História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p. 25.

² Sobre essa circulação de conhecimento e a construção da memória imperial, cf. CASALILLA, Bartolomé Yun. Entre el Imperio Colonial y la Monarquía Compuesta. Élités y Territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII). In CASALILLA, Bartolomé Yun (dir.). *Las Redes del Imperio – Élités Sociales en la Articulación de La Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid, Marcial Pons, 2009, p. 11-35, p. 19.

³ Mais informações sobre esses tratados podem ser encontradas respectivamente em MOTA, J. F. Notas sobre Confessionário no Século XVI na Europa e no Brasil: Azpilcueta Navarro e Anchieta. In: ‘*Usos do Passado*’ — XII Encontro Regional de História, 2006. Anais. Rio de Janeiro, ANPUH-RJ, 2006, p.01-10; ULIBARRENA, J. M.. En Torno a la Difusión de la Obra de D. Martin de Azpilcueta en el Sur de Italia durante el S. XVI. *Rilce*, II, 1, 1986; KAWATA, Viviane da Cruz. *Soldado de Corte: Estudo da Destreza em Espanha e Portugal no Século XVII*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012; GASALLA, L. F. El Tratado de Domingo de Andrade Excelencias, Antigüedad y Nobleza de la Arquitectura (1695) y la Tradadística de su Tiempo. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, LV, N.º 121, enero-diciembre (2008), p. 325-352.

⁴ Tais debates passam também pela discussão sobre os conceitos de humanismo e barroco, jamais perfeitamente acordados dentro da historiografia, principalmente a noção de barroco. Fernando de La Flor, seguindo os passos de José António Maravall, defende não apenas a existência de um pensamento barroco espanhol seiscentista, como também sua distinção perante o humanismo dos quinhentos. Cf. DE LA FLOR, F. *Pasiones Frías – Secreto y Disimulación en el Barroco Hispano*. Madrid: Marcial Pons, 2005; MARAVALL, J. A. *A Cultura do Barroco – Análise de Uma Estrutura Histórica*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 1997. O humanismo, por sua vez, é lido pela historiografia como o afloramento do pensamento letrado que, entre o XIV e XV, inspirava-se na revalorização dos chamados ‘antigos’: ou seja, os teóricos e filósofos greco-romanos clássicos. Temática das mais tradicionais na historiografia sobre a Idade Moderna, o humanismo dá margem a uma gama bem variada de definições e descrições, principalmente pelo fato de não ter jamais se configurado como um movimento uniforme, além, é claro, de sua complexidade regional, com variações significativas entre Itália, Europa do norte e Península Ibérica. No caso específico de Espanha e Portugal, a historiografia tende a considerar o humanismo o florescimento de um pensamento erudito amplamente influenciado pelos textos italianos e, em um segundo momento, por Erasmo de Rotterdam. Cf. ROLÁN, Tomás Gonzalez; SUAREZ-SOMONTE, Pillar S. El Humanismo italiano en la Castilla del cuatrocientos: estudio y edición de la versión castellana y del original latino del De infelicitate principum de Poggio Bracciolini. *Cuaderno de Filología Clássica y Estudios Latinos*, 2001, n.º 21, p. 115-150; PEREIRA, Belmiro Fernandes. Antigos e Modernos: o humanismo norte-europeu nas retóricas peninsulares do sec. XVI. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, n. 5, 2008, p. 93-101; SANTOS, Rogéria. Humanismo em Portugal e sua influência na formação de Francisco de Holanda. *Revista tempo de conquista*, n. 7 p. 6; COROLEU, Alejandro. Humanismo en España. In: KRAYE, J (ed). *Introducción al Humanismo del Renacimiento*, Madrid: Cambridge University Press, 1998, p. 295-330.

⁵ Esses e outros dados biográficos de Gracián podem ser vistos em BLANCO, E. Introducción. In GRACIAN, B. *Oráculo Manual y Arte de Prudencia*. Madrid, Cátedra, 2009, p.15-85, p. 18-19; E CATARINO, Elena; BLANCO, Emilio (coords.). *Diccionario de Conceptos de Baltasar Gracián*. Madrid: Cátedra. 2005.

⁶ Diversos historiadores falam da função da correspondência e dos escritos nas monarquias ibéricas: cf. BOUZA, Fernando. Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondencia entre el manuscrito y el impreso. *Cuadernos de Historia Moderna Anejos*. Publicaciones Universidad Complutense de Madrid. 2005. Mas foi Hespanha quem cunhou a expressão ‘império de papel’: HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político Portugal – séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

⁷ Bouza Álvares estudou a difusão de obras manuscritas entre a nobreza ibérica no XVII, destacando o papel excludente e elitista que esses manuscritos deveriam assumir frente à popularização da imprensa. BOUZA, F. *Corre Manuscrito: Uma historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.

⁸ Os Albuquerque Coelhos ainda são pouco estudados no Brasil. Seu principal biógrafo foi Francis Dutra que, em diversos artigos, traçou perfis prosopográficos de três gerações de donatários de Pernambuco, revelando suas conexões com a nobreza ibérica. Cf. DUTRA, F. Notas sobre a Vida e Morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a Tutela de seus Filhos. *Separata Stvdia – Revista Semestral*, Lisboa, n. 37, dezembro de 1973.

⁹ De La Flor analisa a fundo a crise humanista do final do século XVI que provocou o que para ele foi o desengano barroco e a mudança de ideais cortesãos. Cf. DE LA FLOR, F. *Pasiones Frías – Secreto y Disimulación en el Barroco Hispano*. Madrid: Marcial Pons, 2005.

Recebido em agosto/2012.

Aprovado em fevereiro/2013.